

CONTRATO Nº 14/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2025 ID Nº: 2025.022E0500003.09.00012

PROCESSO; 1077/2025

CONTRATO Nº 14/2025, TRATA-SE DE CONTRATAÇÃO DE **EMPRESA** ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE 01 LINK TOTAL DEDICADO PARA INTERNET ACESSO PARA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE **EDUCAÇÃO PREFEITURA** DA MUNICIPAL DE DIVINO DE SÃO LOURENCO - ES, OUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A EMPRESA DIGITAL NET DO ES LTDA.

O MUNICÍPIO DE DIVINO DE SÃO LOURENÇO-ES, Por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com sede na Rua JOSE BORGES FILHO - SANTA CRUZ - DIVINO DE SÃO LOURENÇO - ES - CEP: 29590-000 CNPJ: Tel: 2835511177S, inscrito no CNPJ sob o nº 27.174.127/0002-64, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação Srº LUIZ CARLOS MENDES DE SOUZA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 015.203.387-40, Divino de São Lourenço-ES, CEP: 29590-000, adiante denominado CONTRATANTE, e do outro lado, a **DIGITAL NET DO ES LTDA** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 15.570.375/0001-64, representada neste ato, o Sr. **MAURICIO ALONSO REZENDE FILHO**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 101.609.397-71, doravante denominada CONTRATADA, ajustam o presente instrumento, com base no processo nº 0001077/2025 - Dispensa de Licitação, regido pela Lei nº 14.133/2021 e proposta comercial apresentada pela Contratada no respectivo procedimento citado, que passa a ser parte integrante deste instrumento, ficando ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Trata-se de contratação de empresa especializada para fornecimento de 01 link total dedicado para acesso à internet para a Secretária Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Divino de São Lourenço – ES.

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO E FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais avençadas e as normas contidas na Lei nº 14.133/2021, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, nos seguintes termos:

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO



3.1 - O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (Doze) meses, contados da data de sua assinatura e encerrando-se no **dia 02 de junho de 2026** podendo este rescindido ou ter seu prazo prorrogado na forma do artigo 107 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DATA-BASE PARA REAJUSTE E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

4.1 – Decorrido o prazo de um ano o presente contrato será reajustado de acordo com o disposto no artigo 92, §3° e §4° da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo: A data-base para fins de aplicabilidade do reajuste será a data do orçamento estimado pela Administração Pública.

CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 5.1. Fornecer 01 (um) link de acesso à internet com **conexão total e exclusivamente dedicada**, com largura de banda simétrica (mesma taxa de upload e download), com capacidade mínima de __ Mbps (preencher conforme especificado no edital ou contrato), 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, incluindo feriados.
- 5.2. Garantir índice de disponibilidade mínima de 99,5% (noventa e nove vírgula cinco por cento) do link mensalmente, salvo casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovados.
- 5.3. Manter o pleno funcionamento do link de internet, responsabilizando-se por toda a infraestrutura necessária para a ativação, operação e manutenção dos serviços, incluindo fornecimento e instalação de equipamentos compatíveis, cabeamento e configuração.
- 5.4. Prestar **suporte técnico contínuo (24x7)**, com canais de atendimento disponíveis via telefone, e-mail ou plataforma online, para registro e resolução de eventuais falhas, interrupções ou solicitações.
- 5.5. Atender aos chamados técnicos com prazo máximo de:
 - 2 (duas) horas para início do atendimento técnico remoto após o registro do chamado;
 - 4 (quatro) horas úteis para atendimento técnico presencial, quando necessário, contadas a partir da solicitação.
- 5.6. Garantir que todos os equipamentos fornecidos estejam em **pleno funcionamento**, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição ou reparo, sem ônus adicional à CONTRATANTE.
- 5.7. Manter a confidencialidade de todos os dados, informações e acessos eventualmente tratados, sendo vedada sua utilização para qualquer fim que não os estritamente necessários à execução do contrato.
- 5.8. Observar as normas técnicas, regulamentos da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e demais legislações aplicáveis ao serviço de telecomunicação prestado.
- 5.9. Comunicar previamente à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer interrupção programada do serviço para fins de manutenção preventiva.
- 5.10. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:

6.1. **Proporcionar as condições adequadas** para a correta instalação e funcionamento dos equipamentos necessários à prestação dos serviços, incluindo acesso físico às dependências,



pontos de energia elétrica, ambiente climatizado, e segurança mínima para os equipamentos instalados.

- 6.2. Garantir o acesso da equipe técnica da CONTRATADA às dependências da Secretaria Municipal de Administração, nos horários previamente agendados ou em caráter emergencial, sempre que necessário à instalação, manutenção ou suporte técnico dos serviços contratados.
- 6.3. **Efetuar os pagamentos devidos** à CONTRATADA, nos prazos e condições estabelecidos neste contrato, desde que cumpridas as obrigações contratuais e mediante a apresentação das notas fiscais e demais documentos exigidos.
- 6.4. **Informar prontamente à CONTRATADA** qualquer irregularidade, falha ou anormalidade identificada na prestação do serviço, para que sejam adotadas as medidas corretivas cabíveis.
- 6.5. **Zelar pela integridade dos equipamentos** instalados nas suas dependências pela CONTRATADA, responsabilizando-se por danos decorrentes de mau uso, negligência, ou interferência de terceiros não autorizados.
- 6.6. **Não permitir que terceiros utilizem os serviços contratados**, no todo ou em parte, sem a expressa autorização da CONTRATADA, exceto se previamente acordado entre as partes.
- 6.7. Cumprir com todas as demais obrigações legais e contratuais, bem como colaborar com a CONTRATADA para a plena execução do objeto do contrato.
- 6.8. Efetuar o pagamento em dia, até 30 (trinta) dias da prestação do serviço, com apresentação da Nota Fiscal pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES RECIPROCAS

7.1 - As partes por si, seus servidores, funcionários e prepostos, obrigam-se a manter sigilo sobre quaisquer dados, materiais, documentos, especificações técnicas ou comerciais, e de informações relativos ao presente contrato, de que venham a ter acesso ou conhecimento, ou ainda que lhes tenham sido confiados, não podendo, sob qualquer pretexto ou desculpa, omissão, culpa ou dolo, revelar, reproduzir ou deles dar conhecimento a estranhos dessa contratação, salvo se houver consentimento expresso, em conjunto das mesmas. A responsabilidade das partes com relação à quebra de sigilo será proporcional aos efeitos do prejuízo causado.

CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

- **8.1** A Administração Pública, por meio de seu fiscal de contrato e/ou gestor decidirá e receberá o objeto:
 - a) Provisoriamente, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento parcial das exigências constante na cláusula primeira deste instrumento;
 - b) Definitivamente, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento integral das exigências e do objeto descrito na cláusula primeira deste instrumento.
- **8.2.** O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.
- **8.3.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATANTE em adimplir com suas obrigações, devendo efetuar o pagamento daquilo que foi executado e glosar o restante até que a CONTRATADA faça as devidas correções.
- **8.4.** Para fins de recebimento ou não do objeto, o fiscal do contrato ou o gestor, após verificação dos serviços executados, lavrará em termo próprio todas as situações ou possíveis



falhas dando prazo de, <u>no mínimo, 05 (cinco) dias ao CONTRATADO</u> para correção, quando for o caso.

CLÁUSULA NOVA - DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- **9.1** Fica estabelecida a forma de prestação de serviço por execução indireta, nos termos do art. da Lei nº 14.133/2021.
- **9.2** O valor global do presente contrato é de R\$ 20.040,00 (vinte mil e quarenta reais), correspondendo ao valor mensal de R\$ 1.670,00 (Mil e Seiscentos e Setenta Reais).
- **9.3-** Caso ocorra atraso no pagamento na forma estabelecida acima, por culpa do CONTRATANTE, incidirá sobre o valor e/ou parcela em atraso a correção monetária pela variação IGP-M, ou o menor índice aplicável à época, no quantitativo de dias em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS

10.1 - Os recursos necessários para cobertura do disposto do presente instrumento, correrão à conta da seguinte dotação.

Parágrafo único - Os elementos de despesas que, por força de eventual prorrogação do presente, forem liquidados em exercícios futuros, correrão por conta das respectivas rubricas orçamentárias correspondentes e/ou que venham a substituir aquela estabelecida no *caput* desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

- 11.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurando o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes situações:
 - a) não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
 - b) desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
 - c) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
 - d) decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
 - e) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
 - f) atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
 - g) atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;



- h) razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- i) não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

Parágrafo primeiro – O CONTRATADO terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- I supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- II suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- III repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- IV atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- V não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

- 12.1 A extinção do contrato pode ser:
 - a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
 - b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
 - c) Determinada por decisão judicial ou arbitral, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- **13.1** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
 - a) dar causa à inexecução parcial do contrato;



- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 1) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- **13.2.** Ao responsável pelas infrações administrativas serão aplicadas as seguintes sanções:
 - a) Advertência;
 - b) Multa não inferior a 0,5% até o limite de 30% do valor do contrato, o qual será estabelecido em conformidade com a ação ou omissão, assim como a reincidência do infrator.
 - c) Impedimento de Licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos;
 - d) Declaração de Idoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

Parágrafo Primeiro – Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. Natureza e gravidade da infração cometida;
- II. As peculiaridades do caso concreto;
- III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV.Os danos que dela provierem para a Administração Pública;



V.A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Segundo - Antes da aplicação de qualquer das penalidades pelo **CONTRATANTE** a **CONTRATADA** será garantindo o contraditório e a ampla defesa, através dos meios legais ao exercício pleno de tais garantias, devendo apresentar defesa 15 (cinco) dias úteis, contados da data da intimação.

Parágrafo Terceiro - As multas previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do parágrafo primeiro desta cláusula décima terceira.

Parágrafo Quarta - A multa moratória será calculada do momento em que ocorreu o fato gerador e não da advertência.

Parágrafo Quinto - Se o descumprimento do Contrato gerar consequências graves para a **CONTRATANTE**, poderá esta, além de rescindir o Contrato, aplicar uma das penalidades previstas nessa cláusula décima terceira.

Parágrafo Nono - A dosagem da pena e a dimensão do dano serão identificadas pela CONTRATANTE.

13.3. Os casos omissos ou obscuros serão definidos, conforme o Título IV, Capítulo I, artigo 155 seguintes da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- **14.1** O controle e fiscalização sobre a execução dos serviços objeto deste contrato ficará a cargo da CONTRATANTE, através de servidores designados para tal finalidade.
- **14.2.** A omissão da fiscalização, em qualquer circunstância, não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade pela boa execução dos serviços.
- **14.3**. Neste ato fica designado o servidor Wanderson da Silva Batista para exercer a fiscalização do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO E DO FORO

- **15.1.** Aplica-se, para todos os fins de direito, a Lei nº 14.133/2021 a essa contratação e qualquer omissão e/ou contradição deverá ser dirimida pela mesma.
- **15.2.** Fica eleito o Foro da Comarca de Guaçuí-ES, para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados declaram ambas as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas deste contrato, firmando-o em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.



Divino de São Lourenço-ES, 02 de Junho de 2025.

Luciano Faria Queiroz Prefeito Municipal		
LUIZ CARLOS MENDES DE SOUZA Secretário Municipal de Educação CONTRATANTE		
DIGITAL NET DO ES LTDA CNPJ sob o nº 15.570.375/0001-64 REPRESENTANTE MAURICIO ALONSO REZENDE FILHO CPF: 101.609.397-71 CONTRATADO		
Testemunhas:	CDE	
1	CPF: CPF:	